

ÉTICA EM PESQUISAS SOBRE LEITURA CRÍTICA E LETRAMENTO CRÍTICO

ETHICS IN RESEARCH ON CRITICAL READING AND CRITICAL LITERACY

Alex Alves Egido, alex.egido.uel@outlook.com
Simone Reis, simonereiss@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná

Submetido em 08/09/2015

Revisado em 05/10/2015

Aprovado em 23/10/2015

Resumo: Esta pesquisa analisou cinco dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, que foram defendidas entre 2008 e 2014. Os estudos estão classificados na área da Linguística Aplicada, campo do ensino, e têm como focos: Leitura Crítica e Letramento Crítico. Os objetivos foram (i) entender o desenvolvimento de pesquisas éticas e (ii) analisar pesquisas em Estudos da Linguagem em termos de posicionamentos éticos adotados, particularmente em pesquisas de Letramento crítico e Leitura crítica. Em conclusão, os estudos em foco são caracterizados por sua natureza *emancipatória*, e tentam promover simetria entre pesquisadora e participantes. Além disso, adotando diferentes referenciais teóricos, os estudos compartilham resultados positivos sobre a pedagogia da Leitura crítica.

Palavras chave: Ética emancipatória. Letramento crítico. Leitura crítica. Dialogismo.

Abstract: This research analyzed five Masters' thesis from the Graduate Program of Language Studies of the State University of Londrina, which were defended between 2008 and 2014. The studies are classified as to their field in Applied Linguistics, focus on Critical literacy and Critical reading. The objectives were (i) to understand the development of research ethics, and (ii) to analyze research on language studies in terms of the ethical positions taken, particularly in research on Critical reading. In conclusion, the studies are characterized by their *emancipatory* nature, and attempts to promote power symmetry between researcher and participants. Furthermore, espousing different theoretical frameworks, the studies share positive results in regard to the pedagogy of critical reading.

Keywords: Emancipatory ethics. Critical literacy. Critical reading. Dialogism.

Introdução

Questões relativas à aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE) no sentido de possibilitar transformação social por meio da leitura crítica são temas já discutidos (LESLEY, 2005; MONTE- MÓR, 2007), mas ainda aberto a contribuições quando focado o papel do pesquisador. Inserido no campo da Linguística Aplicada Crítica (LAC) (PENNYCOOK, 2001), este estudo tem dois objetivos principais: (1) apresentar a evolução histórica da ética em pesquisas com seres humanos, tal como realizada por Melgarejo e Sott (2011) e expandi-la; e (2) analisar as posturas éticas de dissertações que abordam o Letramento crítico (LC) e a Leitura crítica, defendidas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da UEL, entre 2008-2014.

Estruturamos o artigo em 5 partes, a saber: (i) mudanças ocorridas em documentos internacionais que objetivam normatizar pesquisas com Seres Humanos; (ii) revisão da literatura sobre ética em pesquisas educacionais; (iii) descrição da pesquisa; (iv) análise e resultados e (v) considerações finais.

Evolução da ética em pesquisas com seres humanos

Nesta seção nos referimos aos principais acontecimentos que impulsionaram a elaboração de normas específicas sobre posicionamentos éticos em pesquisas com seres humanos. Discorreremos sobre três fatos históricos que exigiram novo olhar às pesquisas com seres humanos. Por fim, esclarecemos novo olhar com seres humanos a partir do Código de Nuremberg.

1) O Código de Nuremberg, contendo 10 princípios básicos, foi criado em 1947 após a descoberta de experimentos realizados com prisioneiros na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Instituiu-se no mesmo ano o Tribunal de Nuremberg, em que torturadores de guerra foram julgados e condenados. “Com as condenações feitas pelo Tribunal, houve uma preocupação visível com os direitos dos entes pesquisados e da ética envolvida nestas pesquisas” (MELGAREJO E SOTT, 2011, p.2).

2) A Declaração de Helsinque é documento elaborado pela Associação Médica Mundial em 1964, durante encontro na Finlândia. Sua elaboração aconteceu porque percebeu-se que inúmeras pesquisas ainda eram desenvolvidas com nítidas distorções quantos à adoção da ética. As revisões

sofridas¹ pela declaração também foram acarretadas por acontecimentos de menor alcance, ou seja, desvios éticos de pesquisa com seres humanos, mas que não repercutiram no cenário internacional, por exemplo: a revisão de 2000 se deu após descobrirem pesquisas com placebo realizadas na África do Sul.

Melgarejo e Sott (2011, p. 4) informam que

desde o código de Nuremberg, diversos países tornaram-se signatários destas normas que visavam proteger a dignidade dos participantes, e regulamentar a prática das pesquisas por uma ótica de justiça e equidade. Papel que fica bem claro nas *diversas diretrizes internacionais* citadas até agora, *que ressaltam a importância da instituição de comitês que façam a revisão ética e científica das pesquisas envolvendo seres humanos* (HOSSNE – 2007) (ênfase adicionada).

3) A Resolução 1/88, elaborada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi criada após o governo brasileiro perceber a necessidade de normas específicas para pesquisa. Contudo, notou-se que esta possuía diversas lacunas e abordava, perfunctoriamente, em seu conteúdo temas como vigilância sanitária, biossegurança e ética no campo das pesquisas. Desse modo, o CNS constatou em 1992 a necessidade de normas mais específicas, o que fez a resolução 1/88 passar por modificações. Assim, entrou em vigor a Resolução 96/1996², ampliada e consistente em seu conteúdo, abrindo, finalmente espaço para a consolidação dos Comitês de Ética.

No que tange às pesquisas desenvolvidas na área de estudos da linguagem, a interpretação de pesquisadores quanto aos requisitos éticos mencionados pelos documentos (Código de Nuremberg, Declaração de

¹ Tal declaração passa por revisões sempre que seus membros as julgarem necessárias. Segundo Kottow (2008), o marco da Declaração é sua revisão de 1975 “onde fica clara a necessidade da criação de comitês de ética em pesquisa, e na objeção de não se publicar trabalhos com providências antiéticas” (MELGAREJO; SOTT, 2011). O documento conta com 9 emendas, sua última de 2013, realizadas em encontros da Associação Médica Mundial.

² Após esta segunda resolução é criado o Sistema CEP (Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos) /CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Desde então, a resolução passa por modificações, quando necessário. Totalizando, até o ano de 2002, 6 modificações em seu texto original (a saber, Resolução n.º 196/96, de 10 de outubro de 1996; Resolução n.º 240/97, de 5 de julho de 1997; Resolução n.º 251/97, de 7 de agosto de 1997; Resolução n.º 292/99, de 8 de julho de 1999; Resolução n.º 303/00, de 6 de julho de 2000; Resolução n.º 304/00, de 9 de agosto de 2000), com base em Brasil (2002).

Helsinque e Resoluções 1/88 e 96/1996) tem se limitado à ética de natureza burocrática. Em outras palavras, preocupam-se apenas com aspectos formais, praticando a chamada ética formal (CHRISTIANS, 2006). Portanto, a ética em tais pesquisas cumpre obrigações e agenda do pesquisador e desconsideram os pesquisados “como participantes na construção do conhecimento desenvolvido” (REIS; EGIDO; FRANCESCO, prelo).

Diante do exposto e tendo a instituição de medidas éticas que pesquisadores acabaram por lhes atribuir sentido burocrático, defendemos que práticas correntes que podem colaborar para o desenvolvimento de sentidos de ética emancipatória envolvem cuidado com o outro, retorno das análises para que os participantes possam reagir a elas, incorporação de suas vozes no trabalho escrito e relevância social da pesquisa para o contexto em que os participantes estão inseridos.

Apresentamos, a seguir, os cuidados éticos tomados em pesquisas educacionais, especificamente, com base principalmente no referencial das áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Ética em pesquisas educacionais: contexto brasileiro

Pesquisas caracterizadas pela adoção da ética emancipatória consideram as implicações que seu desenvolvimento e resultados possam trazer para os participantes envolvidos e para a sociedade como um todo, ou seja, suas reais contribuições (AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION, 2011). Os resultados devem possuir relevância para a sociedade e não ficarem reclusos no espaço acadêmico ou beneficiarem unicamente suas agências de fomento. O conhecimento produzido graças ao auxílio dos participantes deve retornar a eles de alguma forma.

No âmbito retórico, Telles (2002) problematiza as relações assimétricas de poder que são instauradas durante o desenvolvimento da pesquisa em contexto escolar. Paraphrasing o autor, estudos que não visam a desconstrução ou questionamento de quem detém o conhecimento não podem ser considerados emancipatórios, uma vez que, ao invés de problematizar as relações entre pesquisador-pesquisado, reafirmam as posições de poder pré-estabelecidas.

Nesse sentido, Celani (2005, p. 109) afirma que pesquisas de caráter emancipatório caracterizam-se principalmente pela simetria de poder. Há, assim, trabalho conjunto entre “pesquisador e pesquisado na construção dos significados”, em que sujeitos passam a ser considerados participantes, isto é, colaboradores na própria construção do conhecimento. Segundo a pesquisadora, tal medida possibilita desenvolver pesquisas dialógicas, abrindo espaço para que os participantes possam “questionar seus métodos e análises, à medida que ela se desenvolve” (CELANI, 2005, p.109).

Cavalcanti (2006, p.250) destaca que “é preciso que as vozes das minorias sejam ouvidas, é preciso que as pesquisas sejam feitas por eles, que a voz venha deles [...]”. No mesmo sentido, Paiva (2005, p.55) acrescenta que “os resultados devem ser apresentados aos participantes antes mesmo do fechamento do texto, pois é importante que as vozes dos pesquisados estejam presente no trabalho [...]”. Concordamos com as posições de ambas as pesquisadoras, mas consideramos que seus postulados não devam ficar restritos a pesquisas etnográficas, como as autoras defendem.

Reis, Egido e Francescon (prelo) sinalizam a necessidade de repensar como o conhecimento tem sido produzido na educação continuada de professores. Em seus resultados preliminares, os autores concluem que de um total de 138 trabalhos de mestrado e doutorado, somente 7 deles (4%) adotam ética emancipatória. No restante, 40 pesquisas (22%), figura a ética *burocrática*, e a maioria, 91 pesquisas (73%), se abstém de quaisquer considerações de cunho ético. Estes resultados são inquietantes quando considero que, segundo Miller (2013), a educação continuada deveria ser espaço fortuito para formar docentes éticos, críticos e reflexivos.

Em suma, produção do conhecimento de maneira responsável, por exemplo, desenvolvida em escolas públicas (TELLES, 2002) e a adoção de uma postura ética, reflexiva e crítica por parte do professor (MILLER, 2013) são componentes cruciais para que o professor-pesquisador possa desenvolver pesquisas que se distingam das demais pelo caráter dialógico entre pesquisador e participante(s).

Material de análise

O PPGE, programa de Pós-Graduação em que as cinco pesquisas foram defendidas, oferta cursos de mestrado e doutorado. Divide-se em duas áreas de concentração: (i) Linguagem e Significação, em que figuram as linhas (a) Descrição e análises linguísticas e (b) Estudos do texto/ discurso; e (ii) Linguagem e Educação, em que figuram (a) Ensino/aprendizagem e formação do professor de língua portuguesa e de outras linguagens e (b) Ensino/aprendizagem e formação do professor de língua estrangeira. As cinco pesquisas que compõem o material de análise estão inseridas na área “Linguagem e Educação” e na linha “Ensino/aprendizagem e formação do professor de língua estrangeira”.

Os estudos caracterizam-se pela inserção na área da Linguística Aplicada, nos campos do LC e da leitura crítica. Tivemos acesso a eles no início do segundo semestre de 2014 via página do PPGE³, onde eles se encontram em PDF.

Escolhemos pesquisas que versam o LC e a leitura crítica considerando seus princípios emancipatórios. O LC, visa a empoderar os envolvidos, possibilitar-lhes participar, questionar, contrariar, validar e etc. Em outras palavras, “[...] se caracteriza pelo constante questionamento, análise e reflexão de informações, eventos e ações sociais com as quais entramos em contato” (FRANCESCON; REIS, 2014, p.84). Desse modo, analisamos se as pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras são coerentes com o aporte teórico de que elas lançaram mão, dando aos participantes possibilidade de reagirem a pesquisa.

Apresentamos no quadro 1, intitulado “Características das pesquisas”, as principais particularidades das dissertações analisadas.

Quadro 1: Características das pesquisas.

Pesquisa	Ano de defesa	Natureza do estudo	Palavras-Chave
Coradim	2008	Estudo de caso	<i>Leitura crítica. Letramento crítico. Currículo. Cognições. Grounded Theory.</i>

³ Site <<http://www.uel.br/cch/ppgel/>>.

D'Almas	2011	Estudo de caso	<i>Leitura crítica. Letramento crítico. Consciência crítica da linguagem. Mediação</i>
Lunardi	2011	Pesquisa Narrativa/ Construcionismo social	Pesquisa narrativa. Identidade do professor. <i>Letramento crítico. Formação de professores.</i>
Lopes	2013	Estudo de caso	Formação de professores. Concepções de leituras. <i>Letramento crítico. Leitura crítica.</i>
Francescon	2014	Etnografia dialógica	<i>Leitura crítica. Língua Inglesa. Ensino Médio.</i>

Fonte: os autores

Resultados e discussão

Podemos afirmar que todas as dissertações fazem o retorno da análise aos participantes e incorporam suas respectivas vozes no corpo do texto, seja em subseção, nas considerações finais ou ambas.

Paiva (2005) e Cavalcanti (2005) defendem adoção de postura de ética *emancipatória* em estudos de natureza etnográfica, principalmente. Contudo, expandimos a afirmação das pesquisadoras, visto que dos estudos analisados somente um é de natureza etnográfica (dialógica). A maioria (3 de 5) caracteriza-se por natureza de estudo de caso, sendo o restante: uma pesquisa narrativa e a outra etnografia (dialógica). Salientamos a heterogeneidade da natureza das pesquisas.

O quadro 2, intitulado: “Ética Emancipatória em Estudos da Linguagem”, objetiva apresentar os autores referenciados pelas pesquisadoras, suas considerações éticas e os espaços que a ética ocupou em seus trabalhos.

Quadro 2: Ética Emancipatória em Estudos da Linguagem.

Pesquisa	Referências de ética mencionadas	Considerações éticas⁴	Espaço ocupado pela ética no relato da pesquisa
Coradim (2008)	British Association of Applied Linguistics (1994) e Celani (2005)	TCLE ⁵ , pseudônimos, retorno da análise aos participantes e incorporação de suas respectivas vozes no corpo do trabalho.	Subseção “Ética” (p.49-50) com 4 parágrafos; Subcapítulo “Retorno da Análise às Participantes” (p.73-74) com 2 parágrafos; Apêndice Q (p.123).
D’Almas (2011)	-	TCLE, pseudônimos, retorno da análise aos participantes e incorporação de suas respectivas vozes no corpo do trabalho.	Subseção “Sujeitos” (p.46-47) com 1 parágrafo; subcapítulo “Ética” (p.53) com 3 parágrafos; subcapítulo “Retorno da pesquisa aos sujeitos” (p. 94-95) com 5 parágrafos; Apêndice A (p.108).
Lunardi (2013)	Bell (2002), Telles (1996) e Conelly & Clandinin (2000)	TCLE, pseudônimo, retorno da análise a participante e incorporação de sua voz no corpo do trabalho.	Subseção “Ética” (p.48-49) com 4 parágrafos; Subcapítulo “Retorno da análise à participante” (p.88-102) com 32 parágrafos e quadros com a finalidade de representação; Apêndice A (p.110).
Lopes (2013)	-	TCLE, pseudônimos, retorno da análise aos participantes e incorporação de suas respectivas vozes no corpo do trabalho.	Subseção “Ética” (p. 42) com 3 parágrafos; subcapítulo “Retorno da análise” (p. 56-57) com 2 parágrafos; Apêndice B (p.65-66).
Francescon (2014)	Cameron et al. (1992), Fine et al. (2006) e Lincon & Guba (2006).	TCLE, pseudônimos, retorno da análise aos participantes e incorporação de suas respectivas vozes no corpo do trabalho.	Subseção “Ética” (p.50-51) com 4 parágrafos; Capítulo “Retornos” (p.98-110) com 41 parágrafos e quadros com a finalidade de representação; Apêndice E (p.140).

Fonte: Adaptado de Reis, Egido e Francescon (prelo).

⁴As considerações de que os pesquisadores lançaram mão transcendem as categorias aqui apresentadas, por exemplo: o uso de pseudônimos (característica presente nesta coluna) não é feita somente em um dos subcapítulos, como “Ética” (quarta coluna), mas perpassa todo o trabalho.

⁵Todos os trabalhos aplicaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está referenciado na quarta coluna como “Apêndice” com sua respectiva letra (usada na pesquisa). Por exemplo, o trabalho de 2008 apresenta seu TCLE como apêndice Q (p.123).

Coradim (2008) baseada em Referencial sobre ética da *British Association of Applied Linguistics* (1994) e em Celani (2005), incorpora em seu trabalho a subseção “2.6 Ética” (p.49). Nela, a autora conceitua que ser ético “é saber respeitar as regras, normas e valores como um todo”. Em outra subseção, “Retorno da análise as professoras” (p.72), a pesquisadora descreve como realizou o retorno dos resultados da pesquisa e incorpora as vozes das professoras-participantes ao seu relato de pesquisa.

Na subseção “2.7 Ética” (p.53), D’Almas (2011) conceitua ética como sendo “princípios morais básicos para a realização de uma pesquisa”, procurando manter a confiabilidade e validade da coleta e análise dos dados e tendo como foco principal o cuidado com o outro. Em “4.3 Retorno da pesquisa aos sujeitos” (p.94-95), a pesquisadora retorna a análise a quem ela nomeia no título como sujeitos. Todavia, acreditamos se tratar de participantes, considerando as definições desses termos. Segundo D’Almas, por meio de seu retorno, ela conseguiu a validação de sua análise por três de quatro participantes.

Lunardi (2011), por se tratar de pesquisa de natureza narrativa, faz considerações éticas diferentes das de pesquisas de outro tipo, tais como: (i) retorna a narrativa à participante que gerou os dados, (ii) convida esta a participar da edição da análise, se assim considerasse necessário, (subseção “3.8 Edição das Narrativas”, p.50) e (iii) apresenta-lhe a narrativa da pesquisadora antes de solicitar a dela, (subseção “3.9 Compartilhando as Narrativas com Elisa”, p.51). A pesquisadora baseou-se em Bell (2002), Telles (1996) e Conelly e Clandinin (2000) para assumir tais posicionamentos éticos na pesquisa do tipo narrativa.

Lopes (2013) apresenta na subseção “2.5 Ética” (p.42) sua concepção de conduta ética nesse campo e indica que medidas foram tomadas, a fim de desenvolver um trabalho condizente com a cientificidade e participação consciente dos participantes. A pesquisadora utilizou TCLE, pseudônimos e realizou o retorno da análise dos dados aos participantes como procedimentos que convergem com sua postura assumida. A autora apresentou também a reação dos respondentes na subseção “4.3 Retorno da Análise” (p.56-57).

Na subseção “3.4 Ética”, Francescon (2014, p.51) esclarece que suas preocupações éticas “concentram-se acerca da relação entre pesquisadora e participantes do estudo e a respeito da ética com a própria pesquisa, no que concerne à redação dos dados obtidos”. Como Referencial Teórico, a pesquisadora lança mão de Cameron et al. (1992), Fine et al. (2006) e Lincoln e Guba (2006). Além de aplicar o TCLE e usar pseudônimos no decorrer de seu relato, Francescon (2014) dedica o capítulo “6. Retorno” não somente ao acesso à sua análise pelos participantes, mas também analisa as reações expressadas por estes após a leitura da análise.

A maioria dos relatos de pesquisas (3 de 5) traz referencial teórico específico sobre ética, exceto os de D’Almas (2011) e Lopes (2013). Apesar de não referenciarem diretamente autores que pesquisam sobre ética em pesquisas qualitativas, as duas pesquisadoras apresentam sua posição e concepção de ética. Sendo assim, podemos dizer que D’Almas (2011) e Lopes (2013), mesmo sem se basearem em autores sobre ética em pesquisa, apresentam posturas coerentes com as dos outros três trabalhos também classificados como emancipatórios.

Quanto ao campo “Considerações éticas” todos os trabalhos convergem nos seguintes pontos: (1) obtenção do TCLE aos participantes, (2) utilização de pseudônimos para mencioná-los, (3) retorno da análise aos participantes e (4) incorporação de suas vozes no corpo do trabalho. Esclarecemos que trabalho como de Reis, Egido e Francescon (prelo) compreende os pontos 1 e 2 como medidas de cunho burocrático e 3 e 4 como de emancipatório. Assim, esses trabalhos cumprem normas de pesquisa estabelecidas pelo CNS - CONEP ao mesmo tempo em que transcendem as normatizações sobre cuidado com o outro, pelo apontado nos pontos 3 e 4.

As dissertações também apresentam os subseções (i) “Ética” e (ii) “Retorno” que são característicos de pesquisas emancipatórias – independentemente de sua extensão. Na primeira subseção a maioria das autoras apresenta sua concepção de ética em pesquisa (4 de 5) e os cuidados foram tomados no decorrer do estudo (5 de 5). Na segunda subseção, “Retorno”, todas incorporam as reações dos participantes à análise, o que materializa nos relatos a postura dialógica nos estudos.

Reações às análises

Apresentamos a seguir as reações dos participantes das pesquisas quando receberam as análises, utilizando excertos dos respectivos estudos.

Quadro 3: Reações dos participantes às análises.

Estudo	Reação		
	Concordância	Ressalva(s)	Discordância
CORADIM (2008)	[...] <i>concordo</i> sim com sua análise [...] (p.74)	[...] só no final que você interpretou que eu acredito que o documento só serve para o ensino fundamental, <i>confesso que não pensei dessa forma</i> , mas não faz necessário mudar, é a sua interpretação [...] (p.74)	
D'ALMAS (2011)	[...] <i>acho que tudo está de acordo com o que eu disse</i> [...] (p.95)		
LUNARDI (2011)	[...] <i>Daí, depois que eu li os textos</i> , eu vi assim nossa, eu to bem diferente do que era. (p.90)		
LOPES (2013)		Na parte da maioria dos alunos acharem as perguntas difíceis, <i>na minha opinião</i> , é que a leitura crítica não é muito bem feita na faculdade [...] ⁶ (p.56)	
FRANCESCON (2014)	[...] <i>eu acho que foram boas</i> [as avaliações] (p.101)	[...] <i>porém apenas metade delas expressou alguns de seus pensamentos em nível crítico</i> . (p.106)	

Fonte: os autores

⁶ Apesar de este ser o único trecho em que o participante se posiciona contrário, ele não argumenta contra a pesquisa, mas sim, contra a universidade.

Com base no quadro que visa a apresentar reações dos participantes de pesquisa, podemos concluir que em nenhum dos retornos os participantes posicionaram-se totalmente contrários às análises feitas pelas pesquisadoras. Desse modo, não houve ocorrências na coluna *discordância*. Enquanto que em *concordância* e *ressalvas* houve 4 e 3 ocorrências, respectivamente.

Considerações finais

Nesta pesquisa analisamos cinco dissertações defendidas no PPGEL-UEL, entre 2008 e 2014. Tivemos dois objetivos principais: (i) apresentar uma evolução histórica da ética em pesquisas com seres humano e (ii) analisar as posturas éticas das pesquisadoras e às reações dos participantes quanto receberam às análises.

Com base em três documentos sobre de ética em pesquisa (Código de Nuremberg, Declaração de Helsinque e a Resolução 1/88 do CNS), concluímos que as normas contidas nesses documentos foram formuladas levando em consideração acontecimentos precedentes que repercutiram em grande escala, por exemplo: casos de tortura na Alemanha nazista. Com base em pesquisas como a relatada por Reis, Egido e Francescon (prelo), entendemos que somente o cumprimento das normas regulamentadoras de pesquisa não garante proteção aos participantes.

Medidas éticas *emancipatórias* como anonimato, retorno das análises aos participantes, incorporação de suas reações à análise e relevância social da pesquisa são elementos recorrentes nas dissertações enfocadas. Cada pesquisa apresenta características éticas próprias, como é o caso de Lunardi (2011). Quanto às reações dos participantes, pudemos compreender que estes concordam com as leituras feitas pelas pesquisadoras, quando, no máximo, justificam suas respostas. A não ocorrência de discordâncias pode ser justificada por dois motivos, por exemplo, relações de poderes (pesquisadora-pesquisado) e validação da análise.

Referências

AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION. **Code of Ethics**. 2011. Disponível em: <[http://c.ymcdn.com/sites/www.weraonline.org/resource/resmgr/a_general/aera.pdf](http://c.ymcdn.com/sites/www.weraonline.org/resource/resmgr/general/aera.pdf)> Acesso em: 25 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Manual operacional para comitês de ética em pesquisa** / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAVALCANTI, M. C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

CELANI, M. A. A. Questões de ética em linguística aplicada. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 8, n. 1, p.101-122. 2005.

CORADIM, J. N. **Leitura Crítica e Letramento Crítico**: idealizações, desejos ou (im)possibilidades? 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CHRISTIANS, C. G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. L., LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 141-162.

D'ALMAS, J. **Leitura Crítica**: um estudo da aprendizagem de alunos-professores de inglês. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

FRANCESCON, P. K. **Práticas de leitura (crítica) de alunos do ensino médio**. 2014. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

FRANCESCON, P. K.; REIS, S. Contexto da situação em foco em leituras críticas do cotidiano. In: EL KADRI, M. S.; PASSONI, T. P.; GAMERO, R. (Org.) **Tendências contemporâneas para o ensino de língua inglesa**: propostas didáticas para a educação básica. Campinas, SP: Pontes, 2014. p.83-97.

LESLEY, M. Creating Space for Critical Literacy in the Developmental Reading Classroom. **Journal of College Literacy and Learning**. [S.l.]. v. 33, p. 1-23. 2005.

LOPES, L. M. **Leituras de professores de inglês em formação por meio de atividade embasada no letramento crítico**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

LUNARDI, V. U. **Tempos e Tempos**: narrativas de duas leitoras e professoras de Língua Inglesa. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

MELGAREJO, E.; SOTT, A. A evolução histórica das pesquisas envolvendo seres humanos e a criação dos comitês de ética em pesquisa no Brasil. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=9818&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em out 2014.

MILLER, I. K. de. Formação de professores de línguas: da eficiência à reflexão crítica e ética. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**. São Paulo: Parábola. p. 99-121. 2013.

MONTE MÓR, W. Investigating Critical Literacy at the University in Brazil. **Critical Literacy**: theories and practices, London, v.1 n. 1, p. 41-51, 2007.

PAIVA, V. M. de O. Reflexões sobre ética e pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.43-61. 2005.

PENNYCOOK, A. **Critical Applied Linguistics**: a critical introduction. Mahawah: Lawrence Erlbaum Associates, 129p. 2001.

REIS, S.; EGIDO, A. A.; FRANCESCON, P. K. **Ética burocrática em Estudos da Linguagem**. (prelo)

TELLES, J. A. “É pesquisa, é? Ah, não quero, não, bem!” Sobre pesquisa acadêmica e sua relação com a prática do professor de línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 91-116, 2002.

URZÊDA-FREITAS, M. T.; PESSOA, R. R. Rupturas e continuidades na Linguística Aplicada Crítica: uma abordagem historiográfica. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 10, n.2, p.225-238. 2012.